



Relatório de Gestão Exercício 2009

Reitor

Francisco das Chagas Santana

Pró-Reitor Informações e Articulações Institucionais

João Soares Júnior

Pró-Reitora de Extensão

Ana Claudia Galvão Xavier

Pró-Reitor de Administração e de Planejamento

Tarcísio Furtado Melo

Pró-Reitor de Ensino

Paulo Henrique Gomes de Lima

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

Valdira de Caldas Brito Vieira

Diretor do Campus Teresina Central

Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco

Diretor do Campus Floriano

Darley Fiácio de Arruda Santiago

Diretor do Campus Picos

Cícero Romão Batista Vasquez Reis

Diretor do Campus Parnaíba

Raimundo Nonato da Cunha Sobrinho

Diretora do Campus Teresina Zona Sul

Susana Lago Mello Soares

Chefe do Departamento de Informações Institucionais

Ricardo Martins Ramos

Diretor de Administração e Planejamento

Jurandi Antônio da Paz

Auditor Interno

Austregésilo de Brito Silva

Conselho Diretor

Presidente: Francisco das Chagas Santana

Secretária: Francisca Marta Magalhães de Brito

Membro Nato do Ensino:

Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco

Membros:

Titular: Eldelita Águida Porfírio Franco

Suplente: Marcos Antonio Gomes de Oliveira

Órgão Representativo: Federação de Agricultura

Titular: Francisco Pereira de Caldas Rodrigues

Suplente: Humberto Paulo Cronemberger

Órgão Representativo: Federação das Indústrias

Titular: Inácio Marinheiro de Oliveira

Suplente: Francisca Fátima G. Rocha

Órgão Representativo: Técnicos Egressos

Titular: Rafael Flamengo Sousa Reis Matias

Suplente: Alexandro Gomes do Nascimento

Órgão Representativo: Corpo Discente

Titular: José Williams Gomes de Oliveira Filho

Suplente: Luciana Franco de Oliveira Neiva

Órgão Representativo: Corpo Docente

Titular: Marcel Robert Bastos Silva

Suplente: José Tavares da Silva Neto

Órgão Representativo: Corpo Administrativo

Titular: Fábio Lustosa Souza

Suplente: José Cardoso Souza Filho

Órgão Representativo: SETEC/MEC

Titular: Raimundo Nonato Augusto da Paz

Suplente: Antonio Leite de Carvalho

Órgão Representativo: Federação do Comércio

SUMÁRIO

1. Identificação.....	4
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas.....	5
2.1. Responsabilidades institucionais da unidade.....	5
2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	6
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	7
2.4 Desempenho operacional.....	11
3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	22
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	22
5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	22
6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.....	22
7. Previdência Complementar Patrocinada.....	22
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	22
9. Renúncias tributárias.....	22
10. Operações de fundos	23
11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	23
11B. Determinações e recomendações do TCU.....	23
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadorias e pensão praticados no exercício.....	26
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV.....	26
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes	26
15. Informações Contábeis de Gestão.....	26
Anexos Complementares.....	27

1. Identificação

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, autarquia pública federal, criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado ao Ministério da Educação, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Tem por finalidades formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino, com atuação prioritária na área tecnológica para os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; realizar pesquisas aplicadas e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para educação continuada e desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.

O IFPI, atualmente, possui 11 *campi* em funcionamento, situados nas cidades de Teresina (duas unidades), Floriano, Picos e Parnaíba, Angical do Piauí, Corrente, Paulistana, Piripiri, São Raimundo Nonato e Uruçui.

Identificação de Relatório de gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			
Denominação abreviada: IFPI			
Código SIORG:	Código LOA:	Código: SIAFI: 153022	
Situação: ativa			
Natureza jurídica: autarquia			
Principal atividade: Ensino, extensão e pesquisa		Código CNAE: 8542-2, 8030-6	
Telefone/ Fax de contato:	(86) 3215-5224	(86) 3215-5225	(86) 3215-5206
Endereço eletrônico: reitoria@ ifpi.edu.br			
Página da internet: http://www.ifpi.edu.br			
Endereço postal: Praça da Liberdade, 1597 – Centro, 64.000-040, Teresina – PI			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências; Decreto nº 5.224/04 – disciplina estrutura organizacional do CEFET; Portaria nº 852/ 99 – Regimento; Decreto de 22/03/99 – implementação do CEFET-PI; Lei 8.948/94 – criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução nº 1, de 31/08/2009, do Conselho Superior, aprova o Estatuto do IFPI, publicada no DOU nº 168, 02/09/2009.			
Manuais e publicações relacionados às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

2. Responsabilidades Institucionais

2.1. Responsabilidades institucionais

O IFPI desenvolve suas ações em conformidade com a política educacional do Ministério da Educação - MEC, ao qual está subordinado, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, obedecendo ao Plano de Metas do Governo Federal e o estabelecido na Constituição Federal – Título VIII, Cap. III, Seção I, ao qual a instituição atende integralmente.

Em termos legais, a ação institucional está prevista na Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Cap. III, Artigos 39, 40, 41 e 42, que tratam da Educação Profissional. Nessa perspectiva, a finalidade da instituição, nos termos do Decreto nº 5.224/2004 e da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino, com atuação prioritária na área tecnológica para os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; realizar pesquisas aplicadas e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para educação continuada e desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.

Com base nisso, os objetivos institucionais foram definidos na Lei nº 11.892, da seguinte forma:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Assim sendo, o IFPI é uma instituição de educação profissional pública, que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na qual ocupa posição de referência educacional local, regional e nacional.

O IFPI possui uma Reitoria e 11 *campi*, distribuídos em 10 municípios do estado do Piauí. A Reitoria e dois *campi* em Teresina, e os demais em Floriano, Picos, Parnaíba, Angical do Piauí, Corrente, Paulistana, Piripiri, São Raimundo Nonato e Uruçui, com previsão de receber mais três *campi*, no ano de 2010, nos municípios de Oeiras, Pedro II e São João do Piauí, como parte do plano de expansão do Governo Federal.

Na prática, a implantação de novos *campi* do IFPI vai elevar o número de matrículas da educação profissional no Estado e democratizar o acesso a um ensino de qualidade. Qualidade de ensino destacada pelos excelentes resultados obtidos em exames de avaliação, como o ENEM e no Vestibular da Universidade Federal do Piauí e Universidade Estadual do Piauí, em que os alunos do IFPI costumam obter aprovação.

Atualmente, a Instituição oferece, em diversas áreas do conhecimento, cursos técnicos integrados ao ensino médio e na modalidade de educação de jovens e adultos, além de cursos técnicos concomitantes, nos rincões mais longínquos do Estado, para aqueles que estão cursando o Ensino Médio e desejam cursar o ensino profissionalizante e subsequentes, para aquelas pessoas que já concluíram ensino médio. Na educação superior, oferece cursos de graduação tecnológica, bacharelado e cursos de licenciatura, além de cursos de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade presencial.

O IFPI vem se destacando ainda pela atuação na pesquisa, ressaltando a implantação de diversos núcleos de pesquisa na Instituição, cujos índices de apresentações e publicações científicas cresceram significativamente e tendem a crescer ainda mais nos próximos anos.

Um dos projetos para a questão da inclusão social e que tem provocado fortes impactos na vida institucional, tendo sido o atendimento de jovens e adultos em cursos técnicos integrados ao médio por meio do PROEJA. Além disso, tem aumentado, gradativamente, e de forma significativa a quantidade de programas de assistência estudantil, de modo a garantir não só o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos estudos aos alunos carentes, o que requer crescentes investimentos para manutenção de tais programas.

Recursos foram obtidos para manter, ampliar e melhorar a infra-estrutura física, laboratórios, equipamentos, bibliotecas e salas de aula.

A Instituição está primando por ter um corpo técnico e docente altamente qualificado, e para isso, está buscando elevar ainda mais a titulação do quadro de pessoal, tendo sido oferecidos programas de pós-graduação em parcerias através de convênios com outras instituições. No tocante a recursos humanos, convém ressaltar também que foram liberadas pelo MEC vagas tanto para o corpo técnico quanto para o corpo docente.

2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

Toda a estratégia de atuação do Instituto federal do Piauí – IFPI fundamentou-se, no exercício de 2009, em torno do programa governamental de desenvolvimento da Educação Profissional, como fator de catalisação de toda a política institucional. O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e os Planejamentos das Ações elaborados para execução anual convergiram para o Projeto Político-Pedagógico, cujo norte persegue os princípios da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir da visão de uma sociedade em constante evolução, do trabalho, da cultura, da tecnologia e de um ser humano crítico e participativo.

No cumprimento da sua função social educativa, o IFPI garante, em todos os níveis de ensino, a oportunidade de todos concorrerem às vagas ofertadas, pois é aberto um processo seletivo no caso dos cursos técnicos e o vestibular para os cursos superiores.

Em relação à oferta educacional, o IFPI, como os demais Institutos Federais, apresenta uma característica ímpar dentre as instituições educacionais. Trata-se da flexibilidade curricular de verticalização da formação do educando a partir da educação de nível médio integrada à educação profissional de nível técnico. E caso queira continuar seus estudos, faz o vestibular para uma graduação tecnológica, podendo dar seguimento nas especializações.

O caminho percorrido pelo formando da educação básica até a educação superior dentro dessas Instituições, numa mesma área de conhecimento científico e tecnológico, constitui um modelo de qualidade educacional já aprovado no país, pelos resultados de destaque obtidos pelos egressos dos IF's.

Outro ponto a ser destacado deste Instituto Federal é a otimização da infra-estrutura, quanto às instalações físicas de salas de aulas, laboratórios, equipamentos, salas multimídias e outros ambientes de apoio didático-pedagógico, bem como no que se refere aos recursos de pessoal técnico-administrativo e de docentes, uma vez que atendem simultaneamente de forma articulada os discentes dos cursos técnicos e superiores da educação profissional e tecnológica, bem como das especializações. Essa condição tem oportunizado aos professores, mostrar uma visão ampla do que seja educação e de suas relações com o mundo do trabalho e com a sociedade em que vivemos, aliando teoria e prática.

E diante de todo esse contexto, o IFPI não poderia deixar de tratar o ensino profissional como atividade indissociável da pesquisa e da extensão, objetivando contribuir para as mudanças planetárias na busca do desenvolvimento sustentável, local, regional e nacional, por meio da construção e reconstrução de conhecimentos científicos e tecnológicos.

No trabalho com os eixos temáticos dos conteúdos curriculares, incentiva-se os trabalhos de pesquisa e a investigação científica, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem um acervo de grande importância para a comunidade.

Articuladas com essas atividades surgem naturalmente às ações de extensão garantindo a participação de membros da sociedade, na oferta de atividades de curta duração com qualidade, favorecendo a constituição de parcerias e acordos de intercâmbios com instituições, empresas e outros centros no compartilhamento de tecnologias.

No exercício de 2009, merece destaque a finalização da segunda fase do projeto do Governo Lula de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Estado do Piauí, através da conclusão das obras de seis *campi* do IFPI nas cidades de Angical do Piauí, Corrente, Paulistana, Piri-piri, São Raimundo Nonato e Uruçui.

A consecução dos resultados desse Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional decorreu de ações integradas, oportunizando a vinculação de objetivos e resultados alcançados. Cabe salientar que os projetos obedeceram às prioridades e planificação aprovadas previamente pelo Conselho Superior da Instituição.

Para viabilizar o plano de ação institucional de 2009 frente à programação orçamentária definida pelo Governo Federal, foi desenvolvido um orçamento programado em função das metas previstas, com acompanhamento de custos permanente. Para os projetos, principalmente da área de investimentos, cujos gastos o orçamento próprio não conseguia atender, o IFPI buscou financiamento junto ao Ministério da Educação, tendo conseguido o apoio necessário.

A estratégia anteriormente referida funcionou como uma maneira para suprir as dificuldades impostas à prática da gestão, na essência, condicionada na sua autonomia por um leque de legislação, estrutura administrativa e de pessoal incompatíveis com a dimensão de responsabilidades requeridas e programação orçamentária normalmente contingenciada nos primeiros meses do ano, em completa falta de sintonia com o plano pedagógico de uma Instituição de Ensino.

Os fatores apresentados, no entanto, por serem conhecidos e se repetirem, são superados ano a ano, pela motivação da equipe e responsabilidade dos servidores em não deixar que tais condições impeçam a realização do objetivo institucional de melhoria contínua da oferta de educação profissional.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	Eliezer Moreira Pacheco
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional técnica e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores.

Fonte: SIMEC

2.3.1.1 Ação 2992 - Funcionamento da Educação Profissional

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.
Descrição	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições, assegurando condições de funcionamento, atingimento dos objetivos da atividade-fim - processos de ensino X aprendizagem.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	

Fonte: SIMEC

2.3.1.2 Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.
Descrição	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	

Fonte: SIMEC

2.3.1.3 Ação 6301 - Acervo Bibliográfico para as instituições da Rede Federal de Educação Profissional

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da Rede Federal de Educação Profissional.
Descrição	Financiamento mediante a aprovação de projetos que identifiquem as deficiências existentes no acervo da instituição e proponha sua atualização e recomposição.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	

Fonte: SIMEC

2.3.1.4 Ação 09HB - Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tipo de ação	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	

Fonte: SIMEC

2.3.2 Programa 1067 - Gestão da Política de Educação

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Fonte: SIMEC

2.3.2.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	

Fonte: SIMEC

2.3.3 Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

Fonte: SIMEC

2.3.3.1 Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis.

Tipo de ação	Operações Especiais
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	

Fonte: SIMEC

2.3.4 Programa 0750 - Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Fonte: SIMEC

2.3.4.1 Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	

Fonte: SIMEC

2.3.4.2 Ação 2010 – Assistência Pré-escolar.

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	

Fonte: SIMEC

2.3.4.3 Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	

Fonte: SIMEC

2.3.4.3 Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados.

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	

Fonte: SIMEC

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1 Programação Orçamentaria

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	26216	153022

Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	44.589.654,00	46.908.202,00			9.534.738,00	11.377.583,00	
	PLOA	35.054.916,00	35.526.159,00			9.534.738,00	11.377.583,00	
	LOA	35.054.916,00	35.526.159,00			9.534.738,00	11.377.583,00	
CRÉDITOS	Suplementares		7.303.817,00	18.378.472,00			860.226,00	705.593,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras operações								
Total		42.358.733,00	53.904.631,00			10.394.964,00	12.083.176,00	

Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		3 - Outras Despesas de Capital	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	963.301,00	1.701.814,00				
	PLOA	963.301,00	1.701.814,00				
	LOA	1.063.301,00	1.951.814,00				
CRÉDITOS	Suplementares		478.938,00	604.000,00			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras operações					3.500.000,00		
Total		1.542.239,00	2.555.814,00		3.500.000,00		

Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingências	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	44.589.654,00	46.908.202,00	963.301,00	1.701.814,00		
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras operações							
Total		44.589.654,00	46.908.202,00	963.301,00	1.701.814,00		

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	154048	3390.00			141.340,00
	Recebidos	153173	3390.00			181.229,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	153173	4490.00	4.000,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	153080	3390.00			61.200,00
	Recebidos	150016	3390.00			2.082.813,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	150016	4490.00	13.832.990,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	150016		3.500.000,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

3º elemento despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da dívida								
1º elemento despesa								
2º elemento despesa								
3º elemento despesa								
Demais elementos do grupo								

Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
11.318.577,00	15.487.021,00	15.164.538,00	15.164.538,00	0,00	14.925.203,00

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
34.604.859,00	49.962.887,00	49.419.143,00	46.815.189,00	0,00	46.179.852,00

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.908.160,00	2.069.753,00	1.953.794,00	1.852.506,00	0,00	1.852.506,00

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1067		Denominação: Gestão da Política de Educação			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.023.960,00	1.023.960,00	903.600,00	602.013,00	12.782,00	592.378,00

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

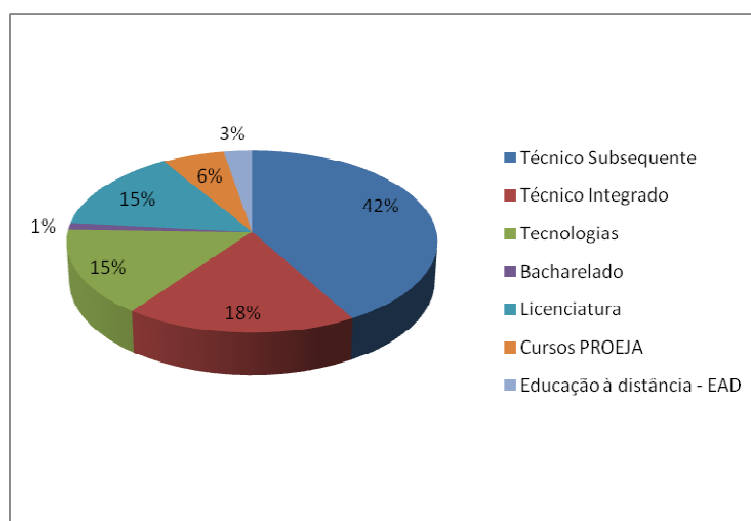
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
Previdência Social	Previdência do Regime Estatutário	0089	0181	Operações Especiais		Unidade	320	334	282
Educação	Administração Geral	1062	09HB	Operações Especiais		-	-	-	-
Educação	Tecnologia da Informação	0750	2003	Atividade		-	-	-	N
Educação	Atenção Básica	0750	2004	Atividade		Unidade	1.358	856	792
Educação	Educação Infantil	0750	2010	Atividade		Unidade	89	125	121
Educação	Proteção e Benefícios	0750	2011	Atividade		Unidade	65	167	47

	ao Trabalhador								
Educação	Alimentação e Nutrição	0750	2012	Atividade		Unidade	528	701	595
Educação	Ensino Profissional	1062	2992	Atividade		Unidade	8.581	6.917	12.687
Educação	Ensino Profissional	1062	2994	Atividade		Unidade	6.700	7.749	8.500
Educação	Formação de Recursos Humanos	1067	4572	Atividade		Unidade	210	176	300
Educação	Ensino Profissional	1062	6301	Atividade		Unidade	12.864	5.709	7.500

2.4.2 Indicadores de Desempenho ou Institucionais

IFPI - Quantidade Total de Matrículas 2009

	Teresina - Central	Teresina - Sul	Floriano	Picos	Parnaíba	Total
Técnico Subsequente	2473	727	417	329	812	4758
Técnico Integrado	903	170	406	320	294	2093
Tecnologias	1522	0	223	0	0	1745
Bacharelado	128	0	0	0	0	128
Licenciatura	821	0	564	134	152	1671
Cursos PROEJA	229	88	52	163	153	685
Educação à distância - EAD	311	0	0	0	0	311
Total	6387	985	1662	946	1411	11391



FONTE: Controle Acadêmico dos Campus do IFPI

2.4.2.1 Relação Candidato/Vaga (RC/V)

Tipo: Efetividade

Descrição: Identifica o nível de interesse da clientela escolar da região no ensino do CEFET-PI.

RC/V = N° de Inscrições/Vagas Ofertadas

RC/V	2006	2007	2008	2009
Campus Teresina Central	8,21	7,26	5,43	7,85
Campus Florianópolis	4,20	3,87	4,93	6,10
Campus Picos	-	2,20	2,28	3,25
Campus Parnaíba	-	1,62	1,81	3,07
Campus Teresina Zona Sul	-	-	-	5,51

FONTE: Página do IFPI - Concursos: Vestibular e Exame Classificatório 2009

2.4.2.2 Relação de Ingressos/Alunos (I/A)

Tipo: Efetividade

Descrição: Quantifica a taxa de ingressantes, relacionada ao total de alunos.

 $I/A = N^{\circ} \text{ de Ingressos} \times 100 / \text{Alunos matriculados}$

I/A	2006	2007	2008	2009
Campus Teresina Central	21,81	27,09	25,98	16,53
Campus Floriano	13,28	15,62	16,92	19,25
Campus Picos	-	43,78	22,57	29,59
Campus Parnaíba	-	45,79	29,83	28,34
Campus Teresina Zona Sul	-	-	-	35,73

FONTE: Controle Acadêmico

2.4.2.3 Relação Concluintes/Alunos (RC/A)

Tipo: Efetividade

Descrição: Quantifica a taxa de concluintes, relacionada ao total de alunos.

 $RC/A = \text{Concluintes} \times 100 / \text{Alunos matriculados}$

RC/A	2006	2007	2008	2009
Campus Teresina Central	12,85	12,42	8,21	7,39
Campus Floriano	3,30	4,43	3,68	1,98
Campus Picos	-	0,0	3,68	4,12
Campus Parnaíba	-	0,0	4,37	6,09
Campus Teresina Zona Sul	-	-	-	4,87

FONTE: Controle Acadêmico

2.4.2.4 Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Tipo: Efetividade

Descrição: Identifica o percentual de retenção dos alunos.

 $RFE = \text{Reprovações} + \text{Trancamentos} \times 100 / \text{Alunos matriculados}$

RFE	2006	2007	2008	2009
Campus Teresina Central	6,67	8,64	2,96	3,97
Campus Floriano	4,75	2,08	1,94	1,20
Campus Picos	-	2,81	1,20	0,52
Campus Parnaíba	-	3,80	10,99	7,08
Campus Teresina Zona Sul	-	-	-	8,32

FONTE: Controle Acadêmico

2.4.2.5 Relação Alunos/Docente em Tempo Integral (A/DTI)

Tipo: Efetividade

Descrição: Quantifica o número de alunos por docente em tempo integral.

 $A/DTI = \text{Alunos matriculados} / \text{Docentes em tempo integral}$

A/DTI	2006	2007	2008	2009
IFPI*	44,2	33,25	48,24	50,40

FONTE: Controle Acadêmico e DGP * Representa os docentes de todos os campus.

2.4.2.6 Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)

Tipo: Efetividade

Descrição: Quantifica a titulação do corpo de professores, onde: G = Graduado; A = Aperfeiçoado; E = Especialista;

M = Mestre; e D = Doutor.

 $ITCD = (Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5) / G + A + E + M + D$

ITCD	2006	2007	2008	2009
IFPI*	2,77	2,87	2,84	2,73

FONTE: DGP * Representa a titulação do corpo docente de todos os campus.

2.4.2.7 Gastos Correntes por Aluno (GCA)

Tipo: Efetividade

Descrição: Quantifica todos os gastos da Instituição (exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas), por aluno atendido em todas as unidades.

GCA = Total de Gastos Correntes / Alunos Matriculados

Descrição	2006	2007	2008	2009
Total de Gastos Correntes	R\$ 24.831.306,41	R\$ 38.115.805,78	R\$40.423.014,12	R\$48.400.476,00
Alunos Matriculados	7.592	8.574	10.876	11.391
GCA	R\$ 3.270,72	R\$ 4.445,51	R\$ 3.716,71	R\$4.249,00

FONTE: DAP e Controle Acadêmico

2.4.2.8 Percentual de Gastos com Pessoal (GP)

Tipo: Efetividade

Descrição: Relaciona os gastos de pessoal (ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios), em função dos gastos totais.

GP = Total de Gastos com Pessoal x 100 / Gastos Totais

Descrição	2006	2007	2008	2009
Total de Gastos com Pessoal	R\$ 29.939.462,14	R\$ 32.854.819,00	R\$37.359.231,30	R\$53.576.555,00
Gastos Totais	R\$ 37.753.416,68	R\$ 58.742.392,78	R\$70.032.631,61	R\$77.343.649,00
GP	79,30%	55,93%	53,34%	69,27%

FONTE: DAP

2.4.2.9 Percentual de Gastos com outros Custeios (GOC)

Tipo: Efetividade

Descrição: Relaciona os gastos totais de outros custeios (exceto benefícios, investimentos e inversões financeiras), em função dos gastos totais.

GOC = Total de Gastos com outros Custeios x 100 / Gastos Totais

Descrição	2006	2007	2008	2009
Total de Gastos com outros Custeios	R\$ 4.912.145,69	R\$ 14.133.239,72	R\$ 16.631.351,00	R\$ 8.730.098,00
Gastos Totais	R\$ 37.753.416,68	R\$ 58.742.392,78	R\$70.032.631,61	R\$77.343.649,00
GOC	13,01%	24,05%	23,74%	11,28%

FONTE: DAP

2.4.2.10 Percentual de Gastos com Investimentos (GI)

Tipo: Efetividade

Descrição: Relaciona os gastos com investimentos (execução de obras e aquisição de imóveis), em função dos gastos totais.

GI = Total de Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras x 100 / Gastos Totais

Descrição	2006	2007	2008	2009
Total de Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras	R\$ 2.147.345,46	R\$ 10.662.926,14	R\$ 14.759.656,80	R\$15.036.996,00
Gastos Totais	R\$ 37.753.416,68	R\$ 58.742.392,78	R\$70.032.631,61	R\$77.343.649,00
GI	5,69%	18,15%	21,07%	19,44%

FONTE: DAP

Além dos 10 indicadores apresentados anteriormente, o IFPI vem acompanhando seu desempenho institucional através de outros parâmetros que também são importantes para a avaliação da qualidade do trabalho desenvolvido nas Instituições de Ensino. A seguir, apresenta-se, em complementação aos indicadores exigidos pelo Acórdão nº 2.267/2005-TCU, esses outros índices, através dos quais o IFPI anualmente pode ser avaliado.

2.4.2.11 Indicador de Regime de Trabalho Docente (RD)

Tipo: Efetividade

Descrição: Valora a quantidade de docentes em regime de tempo integral.

RD = $(P20h \times 0,50 + P40h \times 1 + PDE \times 1) / D$

Descrição	2006	2007	2008	2009
$(P20h \times 0,50 + P40h \times 1 + PDE \times 1)$	296,5	350	412	488,5
D = Total de docentes	315	369	432	503
RD	0,94	0,94	0,95	0,97

FONTE: DGP

2.4.2.12 Indicador de Produção Acadêmica (PA)

Tipo: Efetividade

Descrição: Quantifica a relação aluno/docente.

PA = Alunos matriculados / D

Descrição	2006	2007	2008	2009
Alunos matriculados	7.592	8.574	10.876	11.391
D = Total de docentes	315	369	432	503
PA	24,1:1	23,2:1	25,1:1	22,6:1

FONTE: Controle Acadêmico e DGP

2.4.2.13 Indicador Aluno/Técnico-Administrativo (ATA)

Tipo: Efetividade

Descrição: Valora a relação aluno/servidor técnico-administrativo.

ATA = Alunos matriculados / TA

Descrição	2006	2007	2008	2009
Alunos matriculados	7.592	8.574	10.876	11.391
TA = Total de técnicos administrativos	131	179	212	223
ATA	57,9:1	47,8:1	51,3:1	51:1

FONTE: Controle Acadêmico e DGP

2.4.2.14 Indicador Técnico-Administrativo/Docente (TAD)

Tipo: Efetividade

Descrição: Valora a relação servidor técnico-administrativo/docente.

TAD = TA / D

Descrição	2006	2007	2008	2009
TA = Total de técnicos administrativos	131	179	212	223
D = Total de docentes	315	369	432	503
TAD	0,4:1	0,4:1	0,4:1	0,4:1

FONTE: SIG

2.4.2.15 Índice de Docentes Afastados (DA)

Tipo: Efetividade

Descrição: Identifica a quantidade de docentes em afastamento para qualificação.

DA = Docentes afastados x 100 / Docente

Descrição	2006	2007	2008	2009
Identifica a quantidade de docentes em afastamento	04	07	11	05
Docente	315	369	432	503
DA	1,26%	1,89%	2,54%	0,99

FONTE: GPPE

2.4.2.16 Relação Docentes em Capacitação x Docentes com Pós-Graduação (DC)

Tipo: Efetividade

Descrição: Indica percentual dos docentes em cursos de capacitação, com relação aos pós-graduados.

DC = N° de docentes em capacitação x 100 / Total de docentes pós-graduado

Descrição	2006	2007	2008	2009
N° de docentes em capacitação	20	173	125	132
Total de docentes pós-graduado	199	233	331	380
DC	10,05%	72,24%	37,76%	34,73%

FONTE: GPPE

2.4.2.17 Relação de Técnicos-Administrativos em Capacitação x Técnicos-Administrativos (TC)

Tipo: Efetividade

Descrição: Indica percentual de servidores técnico-administrativos em cursos de capacitação, com relação ao número de técnicos-administrativos.

TC = N° de técnicos-administrativos em capacitação x 100 / Total de técnicos-administrativos

Descrição	2006	2007	2008	2009
N° de técnicos-administrativos em capacitação	01	05	03	04
Total de técnicos-administrativos	131	179	212	223
TC	0,7%	2,73%	1,41%	1,79%

FONTE: GPPE

2.4.2.18 Grau de Envolvimento com Pesquisa (GEP)

Tipo: Efetividade

Descrição: Indica o nível dos docentes envolvidos em projetos de pesquisas.

GEP = N° de docentes envolvidos com pesquisa x 100 / Docente

Descrição	2006	2007	2008	2009
N° de docentes envolvidos com pesquisa	15	179	200	227
Docente	315	369	432	503
GEP	4,76%	48,50%	46,29%	45,12%

FONTE: GPPE

2.4.2.19 Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar

Descrição: Este indicador tem o objetivo de auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

A instituição não tem informações a respeito deste indicador.

2.4.2.20 Os indicadores de desempenho da Decisão TCU n 408/2002 Plenário indicados abaixo, não se aplicam a instituição.

- I. Custo Corrente / Aluno Equivalente
- II. Aluno Tempo Integral / Professor
- III. Aluno Tempo Integral / Funcionário
- IV. Funcionário / Professor
- V. Grau de Participação Estudantil
- VI. Grau de Envolvimento com Pós-graduação
- VII. Conceito CAPES/MEC para a Pós-graduação
- VIII. Índice de qualificação do corpo docente
- IX. Taxa de Sucesso na graduação

2.4.3 O Órgão de Auditoria Interna tem a informar que não há projetos desenvolvidos em parceria com qualquer fundação de que trata a Lei 8.958/94 nos anos anteriores de 2009 e 2008.

3. Composição dos Recursos Humanos

Corpo Docente por Regime de Trabalho

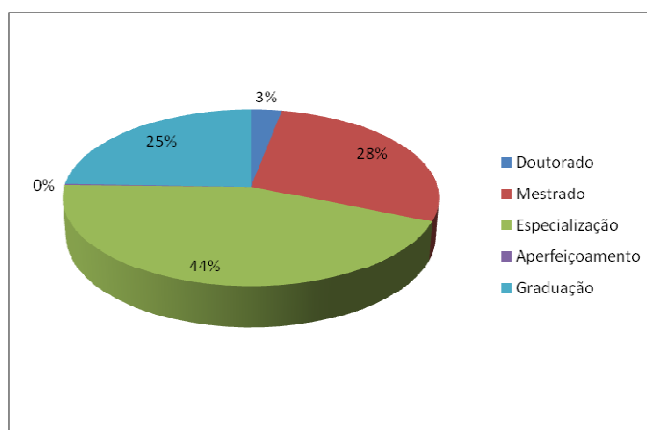
Regime de Trabalho	Efetivo	Substituto	Total
20 h	15	14	29
40 h	145	103	248
DE (Dedicação Exclusiva)	226	0	226
Total	386	117	503

FONTE: DGP Obs: Referente a todos os campus

Corpo Docente por Titulação Acadêmica

Titulação Acadêmica	Efetivo	Substituto	Total
Pós-Doutorado			
Doutorado	15	0	15
Mestrado	134	8	142
Especialização	169	53	222
Aperfeiçoamento	0	1	1
Graduação	68	55	123
Total	386	117	503

FONTE: DGP Obs: Referente a todos os campus



FONTE: DGP Obs: Referente a todos os campus

Corpo Técnico-Administrativo por Regime de Trabalho

Regime de Trabalho	Nível			Total
	Superior	Intermediário	Auxiliar	
20h				
30h	4			4
40h	44	126	9	219
Total	88	126	9	223

FONTE: DGP Obs: Referente a todos os campus

Por Titulação Acadêmica

Titulação Acadêmica	Nível			Total
	Superior	Intermediário	Auxiliar	
Doutorado				
Mestrado	6			6
Especialização	59	21		80
Graduação	23	42		65
Aperfeiçoamento				
Médio Completo		51		51
Médio Incompleto		3		3

Fundamental Completo		9		9
Fundamental Incompleto			9	9
Total	88	126	9	223

FONTE: DGP Obs: Referente a todos os campus

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	726		
Próprios	726		
Requisitados			
Celetistas			
Cargos de livre provimento			
Estatutários			
Não Estatutários			
Terceirizados			
Total	726		

QUADRO PRÓPRIO						
Tipologia	Qtd	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos com ônus)						
2007	548					
2008	644					
2009	726					
Celetistas (inclusive os cedidos com ônus)						
2007						
2008						
2009						
Cargo de provimento em Comissão ou de Natureza especial (sem vínculo)						
2007						
2008						
2009						
Requisitados com ônus para a UJ						
2007						
2008						
2009						
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007						
2008						
2009						

3.1 Análise Crítica

Quanto à adequação quantitativa, por conta do crescimento da demanda com criação de cursos como PROEJA e EAD, o número de Docentes e Técnicos administrativos é insuficiente, embora sejam claros os esforços no sentido de corrigir esta deficiência. Quanto ao aspecto qualitativo, o IFPI tem investido bastante na capacitação dos seus servidores. Podemos, inclusive, salientar que apenas 25% dos Docentes ainda não possuem Pós-Graduação, embora parte deste percentual esteja atualmente participando de cursos de Especialização, Mestrado ou Doutorado, através de convênios mantidos com Instituições de Ensino de Excelência, ou se encontre afastada, em outros estados, para capacitação.

Já a relação dos quantitativos das áreas meio e fim, apresenta-se satisfatória, visto que o percentual dos servidores da área-meio corresponde a 41% dos servidores da área-fim. Por conta do grande incentivo na capacitação dos servidores do IFPI, estes apresentam um bom desempenho funcional. Há necessidade de ampliação do quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado para melhor desempenho das funções de vigilância, limpeza, motorista e outros.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Decisão Normativa TCU nº 94 de 03 de dezembro de 2008 – “Não houve ocorrências no período”.

5. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	351.466,59	29,72	351.436,87	0,00
2007	152.038,41	20.890,54	131.147,87	0,00
2008	102.230,68	0,00	102.230,68	0,00
2009	1.675.450,75	0,00	769.399,05	906.051,70
Restos a pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	2.419.776,63	324.652,66	2.021.369,15	0,00
2007	18.212.493,24	210.959,21	8.663.387,34	9.338.146,69
2008	17.411.614,78	0,00	4.506.649,19	12.904.965,59
2009	17.411.614,78	2.216.059,00	19.503.114,13	14.770.005,42

5.1 Análise Crítica

01 - O IFPI tem intensificado o acompanhamento e as cobranças através de ofícios aos fornecedores, com relação aos prazos de entrega dos bens e serviços licitados e empenhados com o objetivo de reduzir a existência de restos à pagar;

02 - A existência de restos à pagar não processados acontece em função da liberação de recursos orçamentários por parte do Governo Federal no final de exercícios e também por atraso por parte de fornecedores, na entrega dos bens ou serviços, licitados e empenhados, impossibilitando os pagamentos dentro de cada exercício;

03 - A existência de restos à pagar processados é motivado em função da burocracia processual ou pela ausência de recursos financeiros suficientes para o pagamento dos fornecedores;

04 - No IFPI não existem restos à pagar que permaneçam no SIAFI, sem que porventura, sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

6. Quadro de detalhamento de transferências

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente									
UG/CNPJ			Texto						
34.982.249/0001-61									
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit
							Início	Fim	
4	2009NC0000007	154048	282.679,72	-	-	-	Out/09	Set/12	0
4	2009NC0000004	153080	141.296,40	-	-	-	Jul/09	Jun/12	0

7. Previdência Complementar Patrocinada

Decisão Normativa TCU nº 94 de 03 de dezembro de 2008 – “Não houve ocorrências no período”.

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financeiros com recursos externos

Decisão Normativa TCU nº 94 de 03 de dezembro de 2008 – “Não houve ocorrências no período”.

9. Renúncia tributária

Decisão Normativa TCU nº 94 de 03 de dezembro de 2008 – “Não houve ocorrências no período”.

10. Operações de fundos

Decisão Normativa TCU nº 94 de 03 de dezembro de 2008 – “Não houve ocorrências no período”.

11. Recomendações do Órgão ou Unidades de Controle Interno e Determinações e recomendações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	018.348/2008-6	2939/2009-TCU 2ª Câmara	1.5.1.1	DI	Ofício nº 1187/2009-TCU/SEDEX-PI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Descrição da Deliberação:					
Condicione as operações de saque com Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF à prévia autorização e justificativa do ordenador de despesas e, também, à apresentação de justificativas do portador na prestação de contas, com os motivos da não utilização da rede afiliada do cartão (Decreto 93.872/86, art. 45, §6º, inciso II; Portaria nº 41, de 4/3/05, do Ministério do Planejamento, art. 4º, §2º, e Manual SIAFI: Macrofunção 02.11.21, item 8.4, e Macrofunção 02.11.33, item 2.6.1 e itens 2.6.1 e 2.6.2, respectivamente).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Durante o exercício de 2009 foram realizados apenas 02(dois) saques, totalizando um valor de R\$ 540,00, devidamente justificados na prestação de contas dos supridos.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados obtidos foram satisfatórios, pois foi utilizada quase que totalmente a modalidade de pagamento “Fatura”.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A não realização de saques pelos supridos do CEFET-PI, trouxe uma maior transparência na prestação de contas.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	018.348/2008-6	2939/2009-TCU 2ª Câmara	1.5.1.2	DI	Ofício nº 1187/2009-TCU/SEDEX-PI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Descrição da Deliberação:					
Informe aos seus supridos (responsáveis por gerenciamento de suprimento de fundos) que somente serão válidos, em prestações de contas de suprimento de fundos, comprobatórios de despesas que contenham data igual ou posterior à realização dos saques efetuados para dar quitação às citadas despesas, em atenção à orientação contida no Capítulo 02.00.00, seção 02.11.00, assunto 02.11.21, item 11.6, do Manual SIAFI.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Todos os saques efetuados pelos supridos deste instituto, foram utilizados para pagamento de despesas realizadas no mesmo dia da realização do serviço ou aquisição de material. Ocorre que, se o saque for realizado após às 16:00h, a “OB de Saque” só aparecerá no dia seguinte.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os supridos do CEFET-PI estão agindo de forma correta em relação aos saques efetuados.					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Os fatores positivos é que, não temos problemas em relação à saques efetuados.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	018.348/2008-6	2939/2009-TCU 2ª Câmara	1.5.1.3	DI	Ofício nº 1187/2009-TCU/SEDEX-PI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Descrição da Deliberação:					
Abstenha-se de realizar empenho com finalidade diversa da preceituada na legislação pertinente, limitando-se a emitir empenho quando presentes todas as condições previstas no art. 61 da Lei nº 4.320/64.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Durante o exercício de 2009, todos os empenhos emitidos por esta unidade, estão em consonância com a legislação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Todos os empenhos estão de acordo com o art. 61 da Lei nº 4.320/64.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Os resultados obtidos foram satisfatórios, pois não houve falhas na emissão de empenhos.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	018.348/2008-6	2939/2009-TCU 2ª Câmara	1.5.1.4	DI	Ofício nº 1187/2009-TCU/SEDEX-PI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Descrição da Deliberação:					
Adote providências com vistas à elisão de divergências de valores detectadas entre registros constantes do sistema SIAFI e do inventário físico de bens, relativamente às seguintes contas: 14212.0000, 11318.07.00, 11318.16.00 e 11318.17.00.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Os saldos contábeis nºs 11318.07.00, 11318.16.00 e 11318.17.00 já foram regularizadas via SIAFI. No que concernem as contas do grupo 14212.00.00, devido às transferências de seus saldos, ainda existem pendências que estão sendo providenciadas suas devidas regularizações pelo setor de patrimônio.					
Síntese dos resultados obtidos					
As falhas que foram detectadas foram corrigidas em parte. Trabalharemos para que o restante seja regularizado o mais breve possível.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Estamos tomando as devidas providências para a execução ocorra dentro da legalidade.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Recomendações da CGU					
Recomendações expedidas pela CGU					
Ordem	Relatório	Nota Técnica	Item	Tipo	Comunicação Expedida

	00216.000112/2008-09	2215/DSEDU II/DS/SFC/CGU-PR	2.1.1.1.7, 2.1.1.1.13, 2.1.1.1.15 e 2.1.1.1.17	RE	Ofício nº 38928/2009/CGU- Regional/PI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Descrição da Recomendação:					
Socilitar da FUNADEPI o ressarcimento dos valores pagos em um montante de R\$ 83.276,66 (oitenta e três mil duzentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi realizado por parte da FUNADEPI o ressarcimento do valor em pauta, na conta única do CEFET-PI, através de GRU, em 10/02/2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
Foi cumprida em sua totalidade as recomendações da Nota Técnica.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Recomendações da CGU					
Recomendações expedidas pela CGU					
Ordem	Relatório	Nota Técnica	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	00216.000112/2008-09	2215/DSEDU II/DS/SFC/CGU-PR	2.1.1.1.2, 2.1.1.1.3, 2.1.1.1.4, 2.1.1.1.5, 2.1.1.1.6, 2.1.1.1.8, 2.1.1.1.10, 2.1.1.1.11, 2.1.1.1.12, 2.1.1.1.14, 2.1.1.1.16, 2.1.1.1.18, 2.1.1.1.19 e 2.1.1.1.20	RE	Ofício nº 38928/2009/CGU- Regional/PI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Descrição da Recomendação:					
Só permitir a participação de servidores da instituição em atividades realizadas por fundações de apoio caso estas estejam em conformidade com as normas aprovadas pelo Conselho Superior do Instituto; Celebração de contratos e convênios indevidos e impropriedades na formalização de convênios.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
O CEFET-PI não possui Fundação de apoio credenciada junto aos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Durante o exercício de 2009 não firmou qualquer instrumento de convênio ou contrato com a FUNADEPI. Também, foi solicitado a FUNADEPI alteração no estatuto para o desligamento dos membros nato do CEFET-PI.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não realização de contratos e convênios com a FUNADEPI ou outra fundação de apoio.					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Aguardando resultado da Assembléia Geral e cópia da alteração estatutária.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Recomendações da CGU					
Recomendações expedidas pela CGU					
Ordem	Relatório	Nota Técnica	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	00216.000112/2008-09	2215/DSEDU II/DS/SFC/CGU-PR	2.1.1.1.9	RE	Ofício nº 38928/2009/CGU-Regional/PI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Descrição da Deliberação:					
Que o Conselho Superior do Instituto estabeleça critérios e rotinas de acompanhamento para a participação de servidores em atividades relacionadas a projetos de ensino, pesquisa ou extensão do Instituto executados em parceria com fundações de apoio e que possam acarretar pagamentos de bolsas, inclusive no que se refere à colaboração esporádica, remunerada ou não, prevista no Decreto 94.664/1987.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI					434
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Solicitação de elaboração de minuta de instrumento normativo para participação de servidor em atividade esporádica.					
Síntese dos resultados obtidos					
A minuta do instrumento normativo encontra-se para ser debatida com os membros do Colégio de Dirigentes e posteriormente encaminhada à apreciação do Conselho Superior.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

12. Informações sobre admissão, desligamento, aposentadoria e pensão.

Foram encaminhados ao órgão de controle interno dos dados e informações 166 atos de admissão, 69 de desligamento, 8 de aposentadoria e 5 de pensão no ano de 2009.

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV.

Decisão Normativa TCU nº 94 de 03 de dezembro de 2008 – “Não houve ocorrências no período”.

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes

Sem informações adicionais.

15. Informações Contábeis de Gestão

Informações em anexo.


Anexos Complementares

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Teresina, 31 de março de 2010.



Jurandir Antonio da Paz
Contador Responsável CRC - PI - 003564/0-1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI